

23 FEB 1990

# O caos no ensino básico Educação

Enquanto os governantes continuam gastando milhões de cruzados novos em publicidade e em “cursos de formação política”, desviando recursos dos setores de infra-estrutura básica para fortalecer a sua “imagem popular” e para financiar “experiências políticas alternativas”, a situação de abandono e descalabro do ensino público de 1º e 2º graus em São Paulo vai-se agravando ainda mais, ganhando as proporções de um autêntico caos. Com o início do ano escolar o que se viu foi um verdadeiro quadro de horrores.

Em São Carlos, por falta de salas de aula da rede estadual, a Delegacia de Ensino decidiu colocar 200 alunos nas duas salas para velórios no cemitério da cidade. Na capital, 100 crianças de uma escola municipal vêm tendo aulas na rua, ao relento, pois o governo petista utilizou as salas disponíveis para abrigar vítimas das enchentes. E, na Grande São Paulo, como reconhece a própria Secretaria da Educação num comunicado com o qual pretendeu responder às críticas que lhe foram dirigidas, são graves os problemas de superlotação das escolas, de déficit de vagas e de falta de professores — problemas esses que afetam perto de 10% de toda a rede estadual.

Mais uma vez, portanto, fica evidente para a sociedade a enorme distância entre aquilo que os nossos governantes prometem em campanha e anunciam em sua publicidade auto-elogiosa e aquilo que eles realmente fazem quando no exercício do poder. E o mais grave é que essa contradição entre a retórica e a ação — ou a omissão — tem uma dimensão imoral: desperdiçar recursos dos contribuintes em propaganda enganosa e “experiências políticas alternativas”, negando ao setor educacional as verbas de que

necessita para funcionar de modo eficaz e atender à demanda, é o mesmo que condenar ao obscurantismo e à pobreza as futuras gerações.

Este é um problema dramático, cuja responsabilidade pode ser imputada às três instâncias da administração pública. No caso do governo federal, por exemplo, o “intelectual” José Sarney está fazendo o que pode e o que não pode pelo projeto Usimar, uma siderúrgica desnecessária e sem viabilidade técnico-econômica, mas reduziu o orçamento do MEC em 10% com relação ao orçamento de 1989. Além disso, relegou para segundo plano o ensino básico, preferindo alocar recursos escassos naquilo que não é prioritário. No caso do governo estadual, o governador Orestes Quércia liberou quase 180 milhões de cruzados novos para propaganda na mesma semana em que a imprensa noticiou os graves problemas da rede escolar. E, no plano municipal, além da “democratização” na indicação de diretores de grupo, o secretário Paulo Freire agora vem promovendo concursos para professor exigindo que os candidatos leiam as suas obras, as de sua filha e as de seu chefe de gabinete — todas numa única linha ideológica de há muito tida como anacrônica pelos especialistas.

A crise do ensino básico é mais um trágico reflexo dessa imensa crise do Estado brasileiro, minado pela perversa conjugação de interesses entre políticos oportunistas, ideólogos fossilizados, intelectuais de província e burocratas acostumados à impunidade. Um Estado que gasta perdulariamente tudo o que arranca dos contribuintes, não cumprindo com as suas funções mais elementares — e em nome das quais costuma justificar os sistemáticos aumentos da carga tributária.